

## EDITORIAL

No quinto volume, número 2 de 2017 tivemos a colaboração de diversos autores que abordam a questão regional no âmbito econômico que apresentam interface com áreas afins.

O primeiro artigo analisa a transmissão de preços entre os mercados de boi gordo, milho e soja em Mato Grosso, Brasil, no período entre janeiro/2012 e dezembro/2015, com base no uso de ferramentas de séries temporárias. A decomposição da variância dos erros de previsão mostrou que o mercado da soja foi o que sofreu maior influência dentre os outros negociados, em especial o do milho e a análise de impulso resposta mostra que o preço do boi responde, de modo geral, negativamente a choques ou estímulos nos preços do milho e da soja, enquanto que no milho e na soja responde positivamente.

O segundo artigo analisa o desenvolvimento do estado do Ceará e explora a evolução do IDHM. Os autores utilizam a metodologia descritiva exploratória a partir de dados secundários de órgãos oficiais (IBGE; IPECE). O índice demonstra um elevado avanço nos quesitos de renda, educação e longevidade – sendo os dois últimos de maior destaque e a educação de maior transformação. Houve um avanço em todo o estado, destacando-se o conjunto de municípios polarizadores de territórios mais dinâmicos bem como os da Região Metropolitana de Fortaleza. Revelou-se que mesmo assim, não foi possível superar o quadro de disparidades existentes.

O terceiro artigo investiga o hiato de rendimentos público-privado por meio da Decomposição de Oaxaca-Blinder, regressão quantílica e Decomposição Quantílica de Melly por meio dos dados da PNAD de 2013. Os resultados encontrados pela Decomposição de Oaxaca mostraram que, do hiato total, cerca de três quartos são devidos a atributos produtivos e o restante deve-se à diferença setorial entre os grupos. A regressão quantílica constatou um comportamento crescente do hiato, ao passo que a Decomposição Quantílica evidenciou que os trabalhadores dos quantis mais próximos à mediana possuem um maior prêmio salarial, sendo até mesmo negativo no último quantil.

O quarto artigo analisa a dinâmica dos gastos com saúde dos municípios pertencentes à microrregião de Londrina, no período de 1998 a 2014. Mais especificamente, avaliou os efeitos do Pacto pela Saúde nas despesas com saúde pública nos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã, Rolândia, Tamarana e Pitangueiras. Para aferir os resultados utilizou-se da metodologia econométrica denominada de Diferenças em Diferenças com Ajuste de Poligonais. Os resultados demonstraram que o município de Londrina aumentou seus gastos com saúde pública *per capita* acima dos demais municípios avaliados, no período de 2006 a 2014.

Também, demonstrou que todos os municípios aumentaram seus gastos com saúde, após a implantação efetiva do Pacto pela Saúde, em 2006.

O quinto artigo analisa empiricamente a relação de U invertido de Kuznets (1955) a fim de compreender a relação entre crescimento econômico e distribuição renda em consideração aos efeitos da migração entre setores urbanos e rurais, com distintos níveis de produtividade, na economia brasileira. Os autores constataram que o termo quadrático da relação de U invertido entre a renda domiciliar *per capita* e a desigualdade na distribuição de renda no caso dos municípios brasileiros, isto é, em média elevou-se a desigualdade até 2000 e declinou no fim da década, em 2010. Os resultados corroboraram a teoria do capital humano, pois o aumento médio dos anos de estudos dos indivíduos contribuiu para equalização da renda domiciliar *per capita* entre os municípios brasileiros. Também verificaram a corroboração da argumentação de Kuznets (1955) que a elevação relativa da população urbana não implicou em elevação da desigualdade de renda no período analisado

O sexto artigo analisa a associação existente entre a não religiosidade e o dinamismo econômico dos municípios brasileiros em 2000 e 2010, mensurando o percentual da população de cada município sem religiosidade e sua distribuição espacial, além de verificar a existência ou não de correlação entre a não religiosidade e a renda *per capita*. As autoras utilizam dados do Censo Demográfico de 2000 e de 2010, referentes ao percentual da população sem religiosidade, renda média e nível de escolaridade para todos os municípios brasileiros e estimam modelos econométricos espaciais. Os resultados mostram que a não religiosidade aumentou ao longo dos anos, identificando que quanto maior a renda média dos municípios brasileiros, maior é seu nível de não religiosidade.

O sétimo artigo analisa o ciclo de vida do etanol hidratado, a partir da cana-de-açúcar. Na metodologia aplica-se a Avaliação de Ciclo de Vida do Centro de Ciência Ambiental da *Leiden University* (CML) 2000 para do Grupo Santa Terezinha, Paraná, Brasil. Nos resultados a fase agrícola representa o maior impacto ambiental potencial quando confrontada com a etapa industrial e de transporte. As categorias de impacto ficam atreladas às questões de Toxicidade Humana e Ecotoxicidade em Águas Doces. As interferências ambientais da fase agrícola não se manifestam na Depleção da Camada de Ozônio. Os ápices estão na Eutrofização e Depleção da Camada de Ozônio. Conclui-se o etanol hidratado pode ser considerado um combustível renovável, porém, não limpo.

Agradecemos aos autores que nos enviaram seus trabalhos e aos avaliadores que colaboram no processo dando valiosas sugestões nos artigos selecionados para publicação e desejamos uma boa leitura a todos!

*Marcia Regina Gabardo da Camara*

Editora Chefe